

Bisturi não poupa nem mesmo o programa de combate à Aids

JORNAL DA TARDE

Os cortes no Orçamento para 1988 poderão

até mesmo levar à extinção de ministérios, como o da

Habitação, que perde metade de suas verbas.

O Ministério dos Transportes, embora atingido, não desiste da Norte-Sul e pensa passá-la à iniciativa privada.

Mas já existe uma rebelião contra a tutela da Seplan.

O Ministério da Habitação e Meio Ambiente vai perder metade de seu orçamento, e poderia até ser extinto. O Ministério da Justiça vai perder o programa de construção de penitenciárias, o Ministério dos Transportes busca recursos privados para construir a Ferrovia Norte-Sul, e o Ministério da Saúde preocupa-se com o destino dos programas de combate ao câncer e à Aids e das campanhas de vacinação.

Essas são consequências dos violentos cortes feitos pela Secretaria de Planejamento da Presidência (Seplan) no orçamento de 89. Técnicos da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) da Seplan começaram, na noite de sexta-feira, a distribuir aos outros ministérios e órgãos de governo seus orçamentos para o ano que vem, já com os cortes que resultaram da Operação Desmonte.

O trabalho prosseguiu por todo o dia de sábado, e os ministérios deverão devolver as propostas, com sugestões de mudanças, até amanhã. O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, José Ribas Neto, disse que os cortes nos orçamentos foram consequência da transferência de receitas da União para os Estados e municípios, aprovada pela constituinte para vigorar a partir do ano que vem. Ribas estimou a perda do governo federal em 1% do PIB, ou Cz\$ 820 bilhões, levando-se em conta a estimativa do PIB para 88, de Cz\$ 82 trilhões.

Os ministros Borges da Silveira, da Saúde, Paulo Brossard, da Justiça, e Hugo Napoleão, da Educação, começaram, ainda no sábado, a reclamar da dureza dos cortes impostos ao orçamento de 89 pela Seplan, enquanto 60 técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças passavam o dia discutindo com os secretários de orçamento dos ministérios e órgãos as doações — e os cortes — que coube-

ram a cada um. Os ministros estão particularmente irritados com a decisão da Seplan, de determinar ela mesma cortes de dotações a programas específicos.

Brossard lamenta o fim do programa de construção de penitenciárias, que não terá mais recursos federais a partir do ano que vem — informação confirmada ontem por fonte da SOF. E Borges da Silveira rebela-se contra a tutela da Seplan, dizendo que apenas a redução global de cada ministério deveria ser fixada por ela — a discriminação dos cortes por órgão e programa deveria ficar a critério dos ministros. O ministro da Saúde não admite cortar nada nos programas de combate à Aids, ao câncer e nas campanhas de vacinação.

No Ministério dos Transportes, a disposição é tentar manter a Ferrovia Norte-Sul — um dos principais programas do órgão, e prioridade determinada pelo presidente Sarney —, atraindo capitais privados para o seu financiamento. O ministro José Reinaldo Tavares disse ontem que seu secretário-geral, Mário Picanço, vai se reunir nesta semana com a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais e outros empresários privados, para discutir a construção da ferrovia.

"A iniciativa privada não quer parar com a Norte-Sul", disse, explicando que no trajeto dela há um milhão de hectares de terras cultiváveis. José Reinaldo acrescentou que só hoje vai conhecer em detalhes os cortes sofridos por seu ministério, mas adiantou que não terá alternativa senão passar a construção e a manutenção de estradas de rodagem



Mailson: sob pressão.

para os estados. O Ministério dos Transportes ficaria responsável pela construção de uma rede básica, apenas, e mesmo assim encarregaria a iniciativa privada de sua manutenção.

A situação do Ministério da Habitação e Meio Ambiente é mais grave. Técnicos da Seplan dizem que o ministério literalmente perdeu sua razão de ser com a transferência de suas principais atribuições — habitação, saneamento básico e transporte urbano — para os estados e municípios. Já existe "base técnica" para a extinção do ministério, acham os técnicos. Falta apenas a decisão política do presidente Sarney.

Intocável

O ministro do Planejamento, João Batista Abreu, reafirmou ontem que a meta global de corte do orçamento — Cz\$ 1,3 trilhão — é intocável, e só admitirá "composições" que não a ameacem. Mas as primeiras reações dos técnicos que estiveram ontem na SOF para conhecer os orçamentos fazem prever uma luta acirrada na semana que vem.

"Não acredito no que estou vendo", foi a reação do secretário de Orçamento do Ministério dos Transportes, Amauri Pio. O Ministério dos Transportes é um dos mais atingidos pelos cortes, ao lado dos de Habitação e Minas e Energia. No outro extremo, o descontentamento não era menor. O responsável pelo orçamento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que tem uma das menores dotações do orçamento, deixou a SOF irritadíssimo com os cortes que seu pedido sofreu. "Pedimos um bilhão e um

pouquinho, ficou só o pouquinho", disse. "Vamos continuar a rodar em carros que perdem as rodas na rua".

No Congresso, ainda há esperança em negociar alguns novos gastos para financiar a construção de gabinetes para os parlamentares. O Senado quer um novo anexo, para abrigar nove senadores novos, que vai custar Cz\$ 8 bilhões. A Câmara quer 120 novos gabinetes, para novos deputados criados pela Constituinte, e para substituir alguns gabinetes improvisados de deputados atuais.

Falta de técnicos

O Congresso, com mais de dez mil funcionários, tem apenas 30 técnicos entre economistas, tributaristas e outros trabalhando na assessoria da Comissão Mista do Orçamento, que deveria, em tese, dissecar a proposta orçamentária do governo, para permitir a sua discussão pelos parlamentares.

É pouco, mas isso não é o mais importante, diz o deputado César Maia (PDT-RJ), ex-secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, vice-presidente recém-eleito da Comissão Mista do Orçamento. César Maia acha que o mais importante é mudar a mentalidade do congressista brasileiro, para que ele veja o trabalho no orçamento a principal tarefa do legislador.

Segundo o diretor da Subsecretaria de Orçamento do Senado, José Carlos Alves Santos, cerca de 30 funcionários dela e da comissão equivalente da Câmara dos Deputados estão fazendo cursos na Fundação Getúlio Vargas, enquanto outros já foram formados pelo Cendec, o centro de treinamento de pessoal ao Ipea, da Secretaria do Planejamento. Mas ele prevê que serão necessários uns 50 técnicos a mais para enfrentar as novas responsabilidades.

A reação dos perdedores: perplexidade.

Ministros, governadores, deputados e senadores prometem carga pesada contra os ministros João Batista de Abreu e Mailson da Nóbrega, por causa dos cortes no orçamento.

Vários ministros de Sarney, entre os quais Prisco Viana, da Habitação, Hugo Napoleão, da Educação, Borges da Silveira, da Saúde, e José Reinaldo, dos Transportes, estão irritados com as atitudes deles.

Um dos mais chegados a Sarney reclamou:

"São dois grosseiros.

Não falam com a gente, mas dão recado pela televisão".

Prisco Viana vai procurar hoje o presidente Sarney, para fazer uma queixa: "Até agora, os ministros da Fazenda e do Planejamento não me procuraram. Só sei dos cortes pela imprensa".

Tem sido noticiado de que a Caixa Econômica Federal passaria para o Ministério da Fazenda, mas Prisco não tem essa informação: "Se isso acontecer, é melhor fechar o ministério".

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, está assustado com os cortes: "Estou sabendo que o Nordeste vai perder mais de 30% dos recursos federais". O susto não é menor entre deputados e senadores. Eles dizem que os ministros da Fazenda e do Planejamento deveriam ter em mente que haverá eleições em 1988 e 1989.